



## TERRA INDÍGENA *APYÃWA/INY* RESISTÊNCIAS E AUTONOMIA DIANTE DOS CONFLITOS TERRITORIAIS

Eduardo Alves de Oliveira<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

O Território Indígena dos povos *Apyãwa* e *Iny* está localizada no estado de Mato Grosso, em uma região que faz divisa com os estados de Tocantins e Pará. Trata-se de um território interflúvio, pois conta com dois cursos d'água: os rios Tapirapé (*Apyãwa*), e Araguaia (*Berokã*). Está situado em uma área de transição entre o Cerrado e Amazônia, biomas que vem sendo degradados pelas forças produtivas capitalistas.

Os conflitos territoriais já ocorriam anteriormente, devido a cisões entre os dois povos indígenas que o ocupavam. Com a entrada de latifundiários no Centro-Oeste e Norte do Brasil, incentivada pelo Estado para impulsionar as ocupações nessas regiões, diversos povos indígenas enfrentaram disputas territoriais, muitas vezes perdendo seus territórios e sofrendo extermínios, principalmente pelo o contato com não indígenas que transmitiam doenças, e violentavam esses povos.

Nesse contexto, o território *Apyãwa/Iny* foi invadido por latifundiários, transformando-se em uma enorme fazenda chamada Tapiraguaia, nome que faz alusão aos rios Tapirapé e Araguaia. Segundo Canuto (2019), esse território foi vendido pelo Estado como “mata virgem” a preços irrisórios, tudo em nome da ocupação da região, ignorando a existência dos povos indígenas que já viviam ali.

As disputas entre os *Apyãwa* e os *Iny* pelo território persistiram até meados do século XX. No entanto, com o tempo, ambos os povos perceberam que o verdadeiro inimigo não eram eles próprios,

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Goiás- UEG, [eduardo.884@aluno.ueg.br](mailto:eduardo.884@aluno.ueg.br), <https://orcid.org/0009-0002-8633-939X>, <https://lattes.cnpq.br/5112062541002676>



mas sim os não indígenas que invadiam seus territórios e promoviam projetos de extermínio contra os indígenas.

Atualmente, os dois povos compartilham o território pacificamente. Os *Iny*, conforme suas cosmologias, estabelecem suas moradas próximas ao rio Araguaia, por acreditarem que esse rio deu origem ao povo. Assim, vivem na aldeia *Itxalá*, localizada às margens do Araguaia. Já os *Apyãwa* ocupam predominantemente as margens do rio Tapirapé, nas aldeias *Hawalorá* e *Ramonorá*.

Os *Apyãwa* pertencem ao tronco linguístico Tupi-Guarani, enquanto os *Iny* ao Macro-Jê. São dois povos em um mesmo território, com línguas e práticas socioculturais distintas, ressignificando elementos culturais e construindo resistências para defender esse território, que já enfrentou e ainda enfrenta disputas, atualmente ligadas ao avanço do agronegócio. Esse avanço não apenas ameaça esses povos, mas também o próprio Cerrado.

A justificativa para esta pesquisa reside nas pressões que os territórios indígenas vêm sofrendo devido às forças produtivas capitalistas no campo, gerando conflitos para os povos originários e suas terras. O autor deste texto convive de perto com essa realidade por trabalhar junto a esses povos, trazendo consigo os anseios e debates levantados pelos indígenas diante das ameaças aos seus territórios.

Com a expansão do agronegócio, os territórios indígenas estão cada vez mais sendo atacados e violentados por essas forças. O Estado continua ignorando os povos indígenas e suas lutas, contribuindo para o avanço do agronegócio sobre seus territórios. Dessa maneira, é fundamental levantar esse debate e contribuir com as causas indígenas na luta pela defesa de seus territórios.

Os objetivos desta pesquisa estão relacionados a um estudo de mestrado em curso, que busca compreender os conflitos socioterritoriais e socioambientais vivenciados pelos povos *Apyãwa* e *Iny*. A pesquisa adota um caminho metodológico baseado na pesquisa-ação, reconhecendo que o conhecimento emerge da interação entre pesquisador e pesquisados.

As discussões desta pesquisa partem da compreensão de como as forças produtivas, representadas pelo agronegócio, afetam a vida e os territórios indígenas. Considerando o contexto da Terra Indígena *Apyãwa/Iny*, a pesquisa adota uma perspectiva contracolonial, valorizando os nomes originários dos povos indígenas aqui citados, como também o de seus envolvimento na construção dessa escrita. O nome *Apyãwa* corresponde ao nome original do povo Tapirapé na língua do povo, enquanto *Iny* é o nome originário dos Karajá.

Assim, esta pesquisa busca debater os conflitos territoriais e socioambientais que assolam o Território Indígena *Apyãwa/Iny*, situada no Cerrado, ampliando a discussão sobre as ameaças que



esse território vem enfrentando, algo que atinge as populações do Cerrado, como suas características fitofisionômicas.

## METODOLOGIA

Os caminhos metodológicos dessa escrita são construídos através dos dados coletados da pesquisa de mestrado que está em andamento. Então ocorreu através de coleta de dados por meio de artigos, livros, dados de relatórios de entidades indigenistas e do movimento indígena do Brasil, como também participação direta no território trabalhado nessa pesquisa.

Dessa maneira é usada a pesquisa-ação, isso se dê já pelo trabalho indigenista que o autor dessa pesquisa já desenvolve, como também o de construir um trabalho onde se caminha e constrói junto aos *Apyãwa* e *Iny*, sujeitos do território que essa pesquisa abarca. Para isso, é dito que “Como estratégia de pesquisa, a pesquisa-ação pode ser vista como modo de conceber e de organizar uma pesquisa de finalidade prática e que esteja de acordo com as exigências próprias de ação e da participação dos atores da situação observada.” (Thiollente, 2001, p. 32). Assim sendo, essa pesquisa busca trazer a participação efetiva dos atores que caminham com ela.

Perante a arguição, tendo este caminho metodológico como instrumento direcionador, foram definidas algumas temáticas da questão de conflitos socioterritoriais e socioambiental, as ferramentas utilizadas na construção dessa pesquisa, foram artigos, teses, e dissertações que contemplam essa escrita. Também foram desenvolvidos mapas através do Software QGIS, com dados do IBGE, DNIT e MAPBIOMAS. Com mais aproximação da discussão do tema, foram feitas observações participantes dentro do território, onde parte desse texto foi construído por meio da observação e escuta participativa.

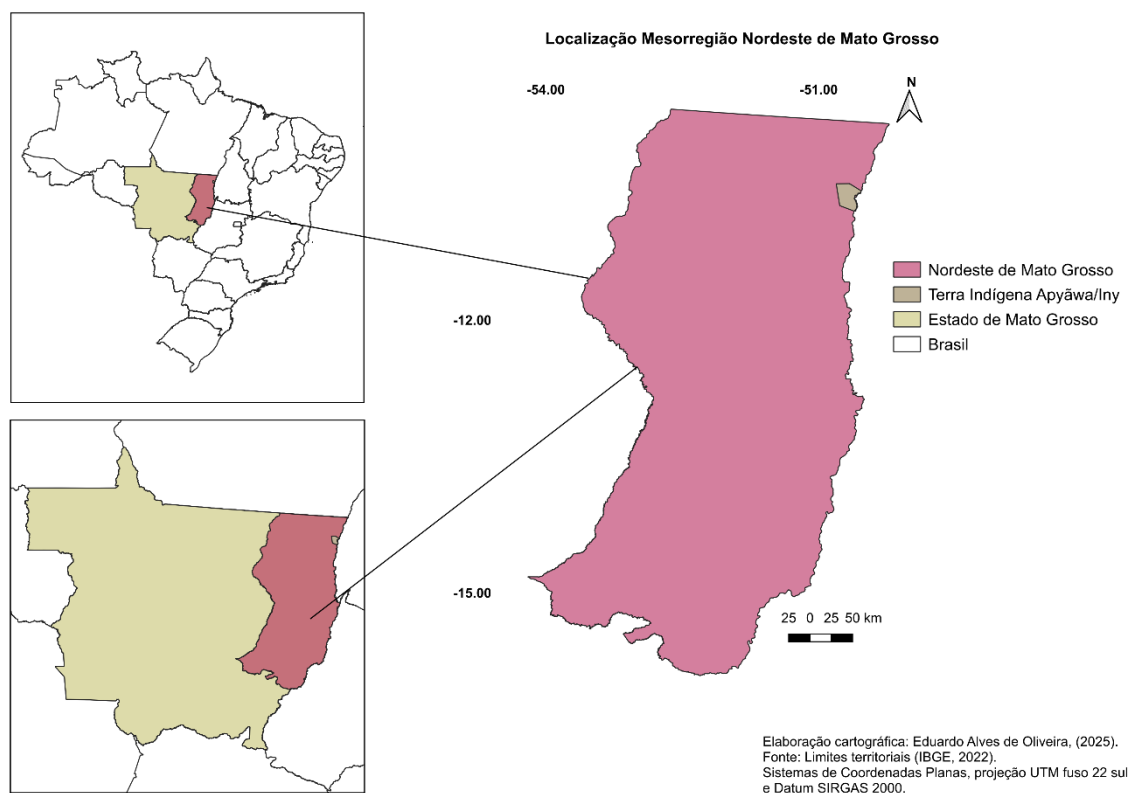
## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### Nordeste de Mato Grosso

O Nordeste Mato-Grossense (Mapa 1) é uma região marcada por um histórico contexto de conflitos, principalmente por se tratar de uma zona de fronteira capitalista. Essa área conecta o Centro-Sul do Brasil ao Norte do país por meio da BR-158, fazendo divisa com os estados de Goiás, Tocantins e Pará. Trata-se de uma região de transição entre o Cerrado e a Amazônia, sendo o Cerrado o bioma predominante. O rio Araguaia é o principal curso hídrico da região, atravessando e conectando todo o Nordeste de Mato Grosso.



Mapa 1- Localização Nordeste de Mato Grosso



Fonte: Autor, 2025.

Sua formação socioespacial, até o início do século XX, era composta exclusivamente por povos indígenas de diversas etnias, que ocupavam amplamente o território. Posteriormente, chegaram os posseiros em busca de terras. Com a expansão capitalista durante o governo Vargas, impulsionada pelo movimento Marcha para o Oeste, latifundiários começaram a ocupar a região, apropriando-se das terras e destruindo os territórios tradicionais. O Estado passou a financiar essa ocupação empresarial, e assim, afirma-se que:

O prosseguimento da abertura da BR 158 foi a oportunidade para que as empresas que se instalaram na região com recursos da SUDAM pudessem lançar mão de uma outra linha de crédito, oferecida pelo programa do governo federal conhecido como PROTERRA. (Canuto, 2019, p. 28)

Ou seja, o Estado utiliza ferramentas que sustentam a expansão do capitalismo, sendo a abertura de estradas um dos elementos centrais no espaço rural. Como afirma Santos (2020), essas vias são empregadas para viabilizar a produção e a circulação dos fatores que constituem o capital.

Nesse contexto, os povos indígenas enfrentam constantes conflitos, com seus territórios sendo destruídos e suas existências reduzidas à condição de sujeitos subalternizados, o mesmo ocorre com os posseiros. Com a modernização da produção agrícola industrial, novos cenários vêm se



configurando, nos quais os povos indígenas continuam sendo alvo de conflitos, tendo seus direitos sistematicamente violados.

O Estado brasileiro, tem sido o principal agente promotor da expansão da fronteira capitalista que, para além de agropecuária, é também urbana, industrial, financeira e política. Nesse contexto, o crescimento da produção de commodities, especialmente no Nordeste de Mato Grosso, promoveu violentamente o confinamento dos povos indígenas, a desterritorialização de povos tradicionais e a espoliação desses grupos sociais. (Santos, Peixinho, 2022, p. 03)

Para sustentar a emancipação do capitalismo nessa região, colônias empresariais passaram a construir cidades sobre territórios tradicionais, promovendo a desterritorialização dos povos indígenas. Esse processo também afetou os territórios dos *Apyãwa* e *Iny*, que foram inicialmente expropriados pela expansão do latifúndio, dando origem à fazenda Tapiraguaia. Após a reconquista parcial dessas terras pelos povos indígenas, uma significativa porção foi novamente transformada, desta vez em área urbana, o que hoje corresponde ao município de Santa Terezinha, no estado de Mato Grosso.

Diante dessa breve contextualização, é evidente a imposição da lógica capitalista no espaço rural brasileiro, bem como a forma como a ocupação empresarial no campo evidencia a atuação do Estado como agente ativo da expansão capitalista. Essa dinâmica promoveu, e continua promovendo, a desterritorialização dos povos indígenas e a destruição de seus territórios, como vem ocorrendo no Cerrado.

Nesse contexto, a chamada modernização agrícola intensifica os conflitos territoriais, especialmente com o avanço do agronegócio, que, em sua expansão, vem ocupando territórios tradicionais, poluindo-os e provocando mortes. Os povos indígenas estão cada vez mais sendo isolados, resistindo e protegendo suas territorialidades.

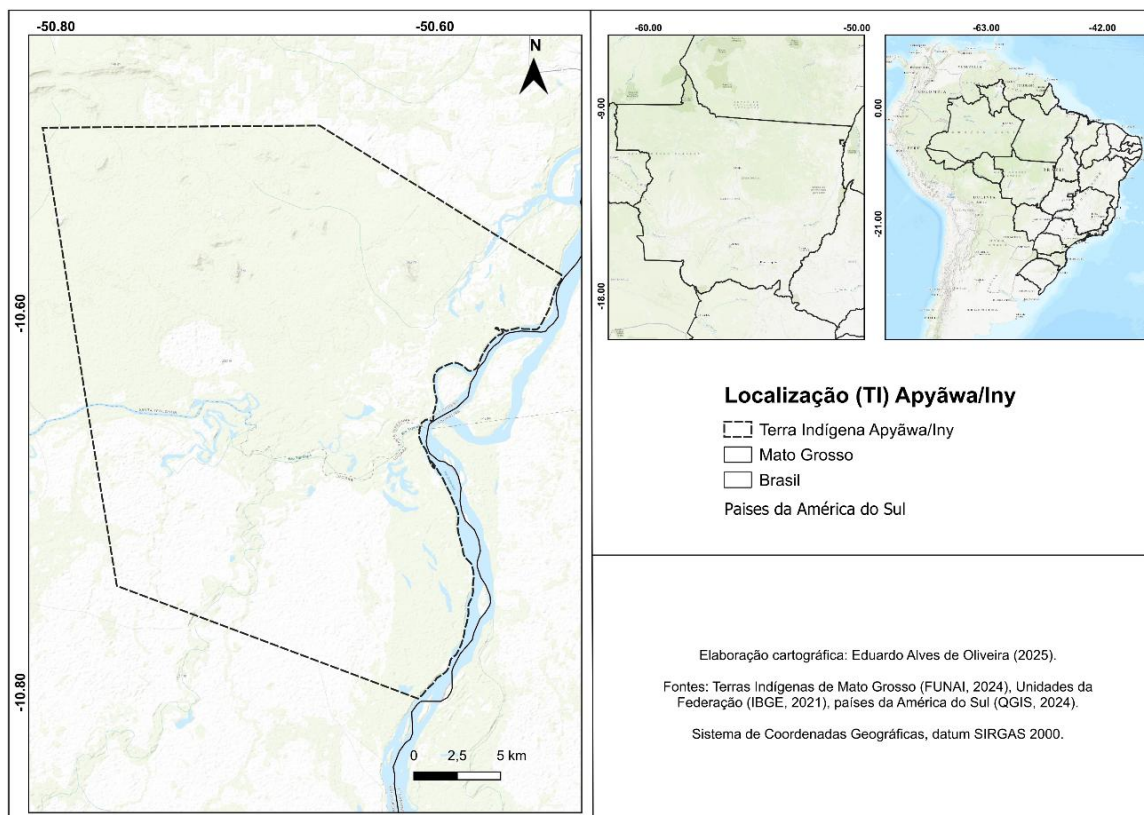
## **Território *Apyãwa/Iny***

O Território *Apyãwa/Iny* (Mapa 2) localiza-se ao norte da região Nordeste de Mato Grosso, fazendo divisa com os estados de Tocantins e Pará. Esse território abrange os municípios de Santa Terezinha e Luciara, e é atravessado pelos rios Tapirapé e Araguaia, sendo que o primeiro deságua no segundo.

Segundo o Censo do IBGE (2020), o território abriga 550 pessoas, organizadas em três aldeias: *Ramonorá* e *Hawalorá*, pertencentes ao povo *Apyãwa*, e *Itxalá*, do povo *Iny*. O território foi homologado em 1983 e, de acordo com Canuto (2019), possui uma área de 66.166 hectares. Trata-se de um território compartilhado por dois povos distintos.



Mapa 2- Localização do Território *Apyãwa/Iny*



Fonte: Autor, 2025.

Neste texto, adoto uma abordagem contra-colonial, utilizando os nomes originários desses povos. O povo *Apyãwa* (Tapirapé) pertence ao tronco linguístico Tupi-Guarani, enquanto os *Iny* (Karajá) fazem parte do tronco Macro-Jê. Por muito tempo, esses dois povos enfrentaram conflitos internos relacionados à disputa territorial. No entanto, com a chegada dos latifundiários e dos empreendimentos da agricultura moderna, perceberam que o verdadeiro inimigo não eram eles próprios, mas sim os colonizadores contemporâneos.

Nesse período em que latifundiários e empresas colonizadoras começaram a ocupar a região, o território dos *Apyãwa/Iny* foi praticamente cedido pelo Estado a fazendeiros, dando origem a um dos maiores latifúndios da época: a Fazenda Tapiraguaia, cujo nome faz alusão aos rios Tapirapé e Araguaia. Relata-se que:

[...]o Estado de Mato Grosso, ainda na década de 1950, vendeu praticamente todas as terras do estado a quem as requisitasse, pagando por elas um preço irrisório. As terras entre o Araguaia e o Xingu foram retalhadas sobre o mapa em glebas de no máximo 10 mil hectares, sem levar em consideração a existência de povos indígenas, nem de povoados sertanejos. (Canuto, 2019, p. 48)

Os indígenas desse território foram desterritorializados e deslocados para glebas situadas nas áreas mais inóspitas e difíceis de habitar. Suas socioterritorialidades foram violentamente rompidas e



desestruturadas, obrigando-os a se reconstruírem a partir das migalhas oferecidas pelos grandes empresários do espaço agrário brasileiro. Muitos povos indígenas foram extintos diante dessas ações, que promovem violências sistemáticas e o apagamento de suas existências, culturas e histórias.

Um trecho do Jornal de Brasília, em 1981, revela através de uma denúncia do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), sobre essa violência e desrespeito por parte dos latifundiários e do Estado com esse território indígena, como mostra a (Figura 1).

Figura 1- CIMI denuncia desrespeito à terra indígena

**Historiando os problemas enfrentados por vários grupos indígenas, a nota do CIMI destaca que a Funai, com ajuda do Exército, resolveu demarcar o território dos Tapirapé, no Mato Grosso, à revelia dos índios, e retirando parte da área tradicional dessa nação indígena em favor da Cia Tapiraguaia. Também em Mato Grosso há o problema de demarcação das terras dos Pareci que, por este motivo, vêm sendo constantemente invadidas por fazendeiros.**

Fonte: Acervo ISA. Acesso em 2025

As violências do Estado contra os povos indígenas eram, em grande parte, perpetradas por meio da FUNAI, um órgão que, embora criado para garantir os direitos e a proteção dessas populações, muitas vezes acabava contribuindo para sua marginalização e extermínio. Foram longos anos de fragilidade institucional, o que gerou desconfiança por parte dos indígenas em relação à entidade que deveria defendê-los e lutar por seus direitos.

Em 1981, teve início a articulação para o reconhecimento do território que hoje é denominado Terra Indígena Tapirapé/Karajá. Naquele período, a antiga Fundação Nacional do Índio, atualmente chamada Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), passava por mais uma troca de presidência. Essa mudança representou uma nova esperança para o reconhecimento territorial desses dois povos.

Ainda hoje, esse território é alvo de disputas, principalmente por meio da atuação de agentes externos, como a agricultura capitalista, a pecuária e o extrativismo, modos de produção vinculados ao agronegócio. Esses elementos cercam o território e entram em conflito com os povos originários, buscando usurpá-lo.



O assédio do agronegócio sobre os territórios indígenas tem se intensificado progressivamente. Segundo o jornal *Brasil de Fato*, em entrevista concedida ao Conselho Indigenista Missionário (CIMI), os agentes do setor vêm pressionando cada vez mais os indígenas a arrendarem suas terras para a monocultura. Essa prática tem se tornado especialmente comum nos territórios indígenas de Mato Grosso do Sul. Conforme destaca Ferreira (2023) em trecho da entrevista:

Conforme afirma o Cimi, são diversas as pressões de fazendeiros para que os indígenas arrendem suas terras para o plantio de monocultivos. A prática, destaca a entidade, é ilegal e inconstitucional, “vulnerabiliza as fronteiras das reservas e terras indígenas e acaba absorvendo outras ilegalidades como o tráfico de drogas, de armas e até exploração sexual de crianças e adolescentes”.

Essa pressão que os agentes capitalistas por meio do agronegócio estão fazendo aos territórios indígenas está cada vez mais intensificando as violências a esses povos. O mesmo vem ocorrendo ao território *Apyãwa/Iny*, onde as queimadas provocadas pela agricultura capitalista estão aumentando a cada ano, e a desassistência do Estado com o território, como apontam os dados do Conselho Indigenista Missionário (Tabela 1).

Tabela 1- Ocorrências de violências no período de 2023 a 2024 no Território *Apyãwa/Iny*

Ano	Qual tipo de violência	Total
2023	Desassistência do Estado com a educação e escola indígena.	
2023	Desassistência do Estado com a Saúde.	
2024	Desassistência do Estado, quanto a um incêndio de grande proporção que atingiu o território, prejudicando a subsistência dos indígenas.	
2024	Desassistência a saúde indígena nesse território.	
2024	Desassistência ao saneamento básico.	Cinco ocorrências no período entre 2023 a 2024.

Fonte: CIMI, 2023; 2024. Elaboração: Autor, 2025.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Os dados apresentados revelam o quanto o território é desassistido pelo Estado, principalmente no que se refere as assistências na saúde, educação, e a própria segurança do território. Em um período de dois anos, ter como resultado cinco ocorrências é um número alto. As praticas da agricultura capitalista, como é o uso de fogo para o planejamento de plantios e pastagens, vem agravando o território e a subsistência dos povos indígenas.

Diante desse cenário, torna-se evidente que o território *Apyãwa/Iny* não apenas resiste às investidas do agronegócio e à negligência estatal, mas também simboliza a luta contínua dos povos originários pela preservação de suas identidades, culturas e modos de vida. A violência histórica que os desterrou e fragmentou suas socioterritorialidades ainda se manifesta, agora sob novas roupagens, como o avanço da monocultura, as queimadas e a pressão econômica.

No entanto, a articulação política e a retomada de suas narrativas têm sido ferramentas fundamentais para a reconstrução de seus vínculos com a terra e para o enfrentamento das estruturas coloniais que persistem. Krenak (2019) vai dizer que os colonialistas olham para os territórios com olhos em transformá-los em dinheiro, já os povos tradicionais o olham como corpo, parte de suas estruturas existenciais. Assim, é importante reconhecer e fortalecer essas resistências é um passo essencial para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural, onde os territórios indígenas não sejam vistos como obstáculos ao progresso, mas como espaços vivos de memória, ancestralidade e futuro.

## **As Resistências e Autonomias dos povos por meio do movimento indígena**

Diante das barreiras impostas pelo avanço capitalista no espaço agrário brasileiro, que atinge principalmente os territórios tradicionais, os povos indígenas foram colocados em posição de subalternidade. Foram desterritorializados, massacrados e, em muitos casos, extintos em nome do chamado progresso econômico. Com o avanço da política desenvolvimentista no Brasil, os povos do interior foram brutalmente atingidos. O contato com os agentes externos trouxe a ocidentalidade, doenças e a destruição de seus territórios.

Durante o período da ditadura militar, os povos indígenas também sofreram com as políticas repressivas do regime. Muitos foram perseguidos, oprimidos e até colocados uns contra os outros. Diversos territórios foram praticamente entregues a empresários, e os poucos direitos que os indígenas possuíam foram sistematicamente violados.

Para garantir acesso e controle sobre esses territórios, os militares criaram a Guarda Rural Indígena (GRIN), uma estratégia de militarização dos próprios indígenas que passaram a ser



responsáveis pela repressão e vigilância dentro de suas comunidades. Essas milícias indígenas eram treinadas por militares não indígenas para torturar e silenciar suas próprias comunidades, ocultando as violências cometidas pelo regime ditatorial, dessa forma, afirma-se que:

A GRIN foi planejada para ser uma força policial indígena e foi estabelecida para prover um aparato de segurança de grupos indígenas com o seu próprio monitoramento e punição. Os agentes da GRIN eram responsáveis pela vigilância das áreas reservadas, patrulhamento, manutenção da ordem interna, além de reprimir, punir e torturar seus iguais. Para os indígenas que não aceitassem as normas ou desobedece às ordens existia um reformatório com o intuito de reeducar e punir os desajustados daquela realidade imposta. (Souza, 2020, p. 25)

Os agentes do Estado os treinavam com práticas de tortura de inspiração colonialista, com o objetivo de levar os indígenas à autoviolência. Essa estratégia representava uma nova forma de extermínio dos povos originários, um mecanismo de controle que, em essência, promove a destruição desses povos de dentro para fora.

Diante disso, percebe-se que o sistema de poder que se infiltra no espaço agrário brasileiro utiliza suas ferramentas para desestruturar os territórios tradicionais e, assim, apropriá-los. Quando ocupam posições no Estado, esses agentes empenham-se em concluir o projeto de extermínio dos povos indígenas. Tais políticas de tentativa de apagamento continuam vigentes, como se viu durante o governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, período marcado por discursos e ações contrários aos direitos e à existência dos povos indígenas.

Perante os ataques aos direitos indígenas, os povos originários, no início da década de 1970, começaram a se articular para construir formas de resistência e buscar autonomia frente às repressões e à violação de seus direitos. Com o apoio do CIMI, em 1974, ocorreu na cidade de Diamantino, em Mato Grosso, a primeira assembleia de chefes indígenas (Figura 2). Esse evento representou um marco inicial no protagonismo indígena e em suas articulações autônomas. Participaram da assembleia indígenas de diferentes etnias, promovendo debates e trocas entre si.

A partir dessa mobilização, fortaleceu-se a consciência coletiva sobre a importância da união entre os povos indígenas na luta por seus territórios, culturas e modos de vida. A assembleia em Diamantino, impulsionou a criação de redes de apoio e articulação que, ao longo das décadas seguintes, contribuíram para o surgimento de organizações indígenas representativas e para a conquista de espaços políticos e jurídicos. Esse movimento marcou o início de uma nova etapa na resistência indígena, pautada pelo protagonismo, pela organização comunitária e pela reivindicação de seus direitos como sujeitos históricos e políticos.

Esse processo de articulação ganhou força nos anos seguintes, culminando na formação de organizações indígenas regionais e nacionais, como a União das Nações Indígenas (UNI), em 1980. Essas entidades passaram a desempenhar papel fundamental na defesa dos direitos dos povos



originários, promovendo a participação ativa em espaços políticos e contribuindo para a inclusão de seus direitos na Constituição Federal de 1988. Assim, a mobilização iniciada na década de 1970 consolidou-se como um movimento contínuo de resistência, reafirmação identitária e luta por justiça social e territorial.

Figura 2- 1ª Assembleia dos Chefes Indígenas em Diamantino/ Mato Grosso, 1974.



Fonte: Acervo pessoal, 2024.

Essa assembleia representou um passo fundamental na construção da autonomia dos povos indígenas. Seus resultados foram significativos para o desenvolvimento das políticas indígenas, pois, pela primeira vez, os próprios indígenas puderam falar por si. A partir desse protagonismo, novas assembleias foram organizadas, evidenciando as articulações construídas pelos próprios povos indígenas em defesa de seus direitos e de sua representatividade.

A dinâmica das assembleias consistia em três tempos: autoapresentação dos participantes; primeiras informações sobre suas áreas, com relato dos principais problemas; e a descoberta de soluções. A terceira parte foi feita pelo povo, sem a participação de nenhum “civilizado”, o que era tolerado nas duas primeiras partes. A não participação de pessoas não indígenas no momento das decisões dava aos líderes indígenas a liberdade de falarem à vontade, sem influência estranha. Mas, mesmo nas duas primeiras partes, os não indígenas que participavam se mantinham calados. (Brighenti; Heck, 2021, p. 30)

A nona assembleia ocorreu no território Apyãwa/Iny, onde os participantes puderam denunciar os conflitos que os cercavam. O tema central desse encontro foi a afirmação da autonomia



dos povos indígenas em relação às suas lutas por território e direitos. Nesse momento, além dos dois povos mencionados neste texto, outros grupos indígenas do nordeste de Mato Grosso também denunciaram o roubo de seus territórios por parte de latifundiários. Assim, afirma-se que:

A tônica desta assembleia foi: “nós mesmos temos que resolver os nossos problemas de terra. Não devemos mais esperar por Funai.” “Não sei nem por que o branco veio pra cá... pra amansar? Índio não é bicho pra amansar. Amansar pra poder índio ficar assim manso e o branco aproveitar a terra dele?” (TAPIRAPÉ, 1977), perguntava o tuxaua Tapirapé. (Brighenti; Heck, 2021, p. 37)

É por meio desses espaços que os povos indígenas constroem suas autonomias e formas de resistência na defesa de seus territórios. Os *Apyãwa* e *Iny* vêm consolidando suas lutas contra os cercamentos promovidos pelo agronegócio por meio de articulações próprias e com o apoio de aliados às suas causas. Uma das formas mais significativas de resistência desses dois povos foi a construção de escolas em seus territórios. Como descreve Canuto (2019), diante dos conflitos, esses povos passaram a enxergar na criação de escolas uma ferramenta de resistência, pois elas se tornaram espaços de construção política e de debate coletivo. O mesmo autor ainda afirma que:

Os Tapirapé formados nas suas escolas em nível médio passaram a frequentar a Universidade, havendo dezenas de formados em nível de terceiro grau. Hoje os cargos de professores, de secretaria, de coordenação pedagógica e de direção são todos assumidos pelos próprios Tapirapé. (Canuto, 2019, p. 53)

Com as lutas, resistências e pressões dos povos indígenas, após o fim da ditadura civil-militar, os constituintes incluíram na Constituição Federal de 1988 os direitos dos povos indígenas, garantindo sua proteção. Apesar disso, muitos constituintes não indígenas ainda resistiam em assegurar plenamente os direitos territoriais desses povos. No entanto, por meio da persistência e mobilização dos povos originários, esses direitos foram consolidados. Uma imagem emblemática desse período é a do indígena Ailton Krenak se manifestando no púlpito do Congresso Nacional (Figura 3).

Figura 3- Ailton Krenak na constituinte, 1988.



Fonte: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2022.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

É por meio de suas insurgências que os povos indígenas vêm conquistando, cada vez mais, seus espaços, autonomias e formas de resistência na defesa de seus territórios e direitos enquanto sociedades. Os *Apyãwa* e *Iny* seguem firmes na luta pela garantia de seus territórios e dos direitos à permanência neles e com eles. Mesmo diante dos conflitos provocados pelos agentes do agronegócio, os povos do território *Apyãwa/Iny* continuam construindo suas resistências de forma ativa e articulada.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho foi construído através das observações e dados coletados no andamento da pesquisa de dissertação. Nessa escrita é subdividida em três subtítulos, na busca de construir um trabalho subprocessos, primeiro foi construído algo que traz o processo do contexto histórico-geográfico da região Nordeste Mato-Grossense, onde o território *Apyãwa/Iny* está localizado, depois é trago o contexto do território, por fim é construída uma pequena conjuntura do processo de autonomia e resistências dos povos indígenas, incluindo os do território aqui trabalhado.

Trazer essa discussão é muito importante para compreender os processos de luta e resistências que os povos indígenas constroem. Como também se atentar aos processos de conflitos que cercam essas populações por meio do avanço do capitalismo no espaço agrário brasileiro. O recorte regional feito nesse trabalho é bem estratégico, pois está em uma fronteira do capitalismo, onde liga o Sul do Brasil, ao Norte do país, o que contribui para a expansão do capital por meio de suas ferramentas, como nessa região, o agronegócio, e outras forças produtivas instaladas no espaço rural. Essas conflitualidades trabalhadas nesse trabalho são resultados construídos por meio da colonização, que não só atinge o Brasil, mas toda a América Latina, onde desde a invasão eurocristã, os territórios tradicionais desse chão são conflituados e sequestrados.

A trajetória dos povos *Apyãwa* e *Iny* no Nordeste Mato-Grossense evidencia a complexidade das disputas territoriais em uma região marcada pela expansão do agronegócio e pela lógica colonial do Estado brasileiro. A convivência entre esses dois povos, inicialmente marcada por tensões, transformou-se em uma aliança estratégica diante das ameaças externas, revelando a capacidade de articulação e resistência frente aos processos de desterritorialização. A construção de escolas, a realização de assembleias e a adoção de práticas políticas próprias demonstram que a luta indígena vai além da simples reivindicação de terra, trata-se da afirmação de modos de vida, saberes e existências que desafiam as estruturas coloniais ainda vigentes.

Ao adotar uma abordagem contracolonial e valorizar os nomes originários e as vozes desses povos, este texto busca contribuir para o reconhecimento de suas histórias e lutas como centrais na compreensão das dinâmicas territoriais do Brasil contemporâneo. Em um cenário de contínuas ameaças, os *Apyãwa* e *Iny* seguem reafirmando sua presença, sua autonomia e sua resistência, construindo caminhos de futuro enraizados na memória, na coletividade e na força de seus territórios.

**Palavras-chave:** Território indígena; Povos indígenas, Agronegócio, Nordeste Mato-grossense.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

## REFERÊNCIAS

BRIGHENTI, Clovis Antonio; HECK, Egon Dionisio. **O movimento indígena no Brasil: da tutela ao protagonismo (1974-1988)**. Edunila, 2021.

CANUTO, Antônio. **Resistência e Luta Conquistam Território no Araguaia Mato-grossense**. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

FERREIRA, Marcelo. Assédio do agronegócio é o maior desafio para as comunidades indígenas no Mato Grosso do Sul, diz liderança da CPT. Brasil de Fato, Porto Alegre, 24 agosto de 2023. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/08/24/assedio-do-agronegocio-e-o-maior-desafio-para-as-comunidades-indigenas-no-mato-grosso-do-sul-diz-lideranca-da-cpt/>. Acesso em: 01 novembro de 2025.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. – 1ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, Alexandre Eduardo; PEIXINHO, Dimas Moraes. Entre Cerrados e Amazônia, a fronteira em movimento: usos das terras e municipalização do território no Nordeste de Mato Grosso. **Revista da ANPEGE**, 2022.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5º ed., 3. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SOUZA, Heloizza Kelly Marques de. Relatório Figueiredo: um catálogo para os estudos sobre a história dos índios na Bahia durante a Ditadura Militar. 2020. Disponível em: [saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/453a21ff-c6d3-48cf-b489-637ed0f85e17/content](https://saberaberto.uneb.br/server/api/core/bitstreams/453a21ff-c6d3-48cf-b489-637ed0f85e17/content). Acesso em: 03 novembro de 2025.